



**CIDADANIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA  
PELA INTERNET: ALGUMAS QUESTÕES NA PERSPECTIVA DO CENTRO  
DE MÍDIA INDEPENDENTE BRASIL**

Luiza Caires<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo discute algumas temáticas diretamente relacionadas ao universo e aos pressupostos do *Centro de Mídia independente Brasil*, como os conceitos de cidadania, comunicação livre, as transformações no jornalismo alternativo na era da internet, e a relação da comunicação com os movimentos sociais, buscando, ao final, traçar um primeiro esboço do perfil de quem realiza o veículo estudado.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Jornalismo Alternativo; Centro de Mídia Independente; movimentos sociais.*

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação e membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor) da Escola de Comunicações e Artes da USP. [lucaires@usp.br](mailto:lucaires@usp.br)

## 1) O que comunicação alternativa e movimentos sociais têm a ver com cidadania?

Em linhas gerais, o conceito de cidadania definido com base nos direitos do homem pressupõe igualdade de todos perante a lei; domínio de todos sobre seu corpo e sua vida; acesso das pessoas a salários que atendam suas necessidades; direito a serviços básicos de educação, saúde, habitação e lazer; e direito à expressão livre das idéias e crenças, bem como à participação tanto na política institucional quanto em em sindicatos e movimentos sociais.

Conforme nos lembra Manzini-Covre (1998: 10), tudo isso depende em larga medida "do enfrentamento político adotado por quem tem pouco poder". Ou seja, "Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão" (Idem: 10), tanto os civis, quantos os sociais e os políticos<sup>2</sup>, e aqui encontramos uma relação incontestável do conceito de cidadania com o de movimentos sociais.

Se a noção moderna de cidadania surgiu com a ascensão da cultura burguesa, com a valorização do trabalho, e do modo de produção capitalista, as transformações neste regime econômico também trouxeram novas ameaças a diversos direitos, particularmente quando se pensa nas desigualdades sociais que de saída produz. Mesmo com suas transformações na época contemporânea, percebemos que mudam as

---

2 Os direitos civis surgem nas sociedades ocidentais para regular a economia de mercado. Uma de suas organizações de interesses exemplares é a dos consumidores. São também direitos que se organizam contra o Estado, para que este não invada nem impeça que as pessoas exerçam suas atividade econômicas. Ou seja, em sua origem, são sobretudo direitos burgueses e precisam ser atualizados para incorporação de quem está de fora deste grupo. Vale uma citação elucidativa: "A evolução, no interior de cada sociedade, dos direitos civis em direção à sua incorporação efetiva para todos depende, portanto, de movimentos complexos, pressões de baixo, na perspectiva clara de preservá-los enquanto valores universais mas, no próprio processo de alargamento, da produção de uma efetiva mudança qualitativa". (Gentilli, 2005: 99)

Os direitos políticos tratam do acesso de todos os cidadãos à vida política de sua nação, e têm origem a partir de uma nova concepção de representação surgida na Revolução Francesa. Mais até do que no caso dos direitos civis, os direitos políticos pressupõem a necessidade de incorporação para todos, já que em vez de protegerem o cidadão do poder do Estado, propiciam mecanismos para participação no poder de Estado.

Os direitos sociais entram em foco principalmente no século XX, consagrados no chamado estado de bem-estar social. Em alguns casos surgem como consequência de lutas e movimentos reivindicatórios; em outros como antecipação preventiva do Estado a eles. São tanto direitos de dignidade e bem-estar material, como cultural. Uma característica importante destes direitos é que só é necessário a sua existência e garantia pelo Estado porque as desigualdades da economia capitalista impossibilitam o acesso de cidadãos de certas origens sociais aos mesmos. Daí o fato de um autor como Victor Gentilli classificar os direitos civis como antagônicos aos sociais, já que "atendem a interesses diversos da sociedade, de maneira desigual" (Gentilli, 2005: 106).

modalidades, mas a exploração e alienação de direitos básicos de grupos mais fracos persistem. Se na Europa o *Welfare State* (que dava ao Estado a prerrogativa de fazer com que estes direitos fossem cumpridos) foi desmontado<sup>3</sup>, em países como o Brasil ele nem chegou a existir. Nosso processo de modernização não chegou a se completar em todas as áreas e ainda lidamos com os problemas sociais que uma política arcaica gera (Martins, 1997: 81).

Hoje chega-se a uma situação curiosa, em que as próprias empresas e grupos econômicos que mantêm e aprofundam as distorções que geram todo tipo de carências na população, chamam para a sociedade civil (que as inclui) a responsabilidade por diminuir as carências dos grupos desfavorecidos. Mas isso não é encarado como um acerto de contas, e sim uma benesse, uma atitude voluntária e de "responsabilidade social" que só faz melhorar a imagem das marcas que carregam.

É, pois, patente a importância e atualidade dos movimentos de contestação, mesmo numa era que pode ser chamada de a "era dos direitos"<sup>4</sup>. Particular é a

---

3 Em seu brilhante "A Retórica da Intransigência", Albert O. Hirschman traz um apanhado dos argumentos conservadores ao longo de alguns períodos históricos, reunidos sob o formato de três teses: perversidade, futilidade e ameaça. Em destaque aqueles argumentos que vociferam contra a ampliação de direitos sociais e contra o que ficou conhecido em países desenvolvidos como *estado de bem-estar social*. Alguns exemplos:

"[Nathan Glazer] não perde tempo para proclamar, em termos bastante gerais, que 'nossos próprios esforços para lidar com o sofrimentos aumentam o sofrimento. [...] As políticas de bem-estar social, ponderou, têm o objetivo de lidar com problemas que eram tratados por estruturas tradicionais, como a família, a Igreja ou a comunidade local. Quando tais estruturas desmoronam, o Estado intervém para assumir suas funções. No processo, o Estado enfraquece ainda mais o que resta das estruturas tradicionais. Surge daí uma necessidade maior de assistência pública que a que fora prevista, e a situação piora, em vez de melhorar.'" (Hirschman, 1995: 35)

"Alguns alegarão que é provável que o Welfare State ponha em perigo os avanços anteriores no domínio dos direitos individuais (a primeira dimensão da cidadania segundo [T. H.] Marshall). Haverá também tentativas de mostrar que o Welfare State é uma ameaça aos métodos democráticos de governo (a segunda dimensão de Marshall). Com grande frequência, os dois argumentos serão combinados. (Idem: 76)

4 O autor do termo explica a situação:

"A maior parte dos direitos sociais, os chamados direitos de segunda geração, que são exibidos brilhantemente em todas as declarações nacionais e internacionais, permaneceu no papel. O que dizer dos direitos de terceira e de quarta geração? A única coisa que até agora se pode dizer é que são expressão de aspirações ideais, às quais o nome de "direitos" serve unicamente para atribuir um título de nobreza. [...] Não se poderia explicar a contradição entre a literatura que faz a apologia da 'era dos direitos' e aquela que denuncia a massa dos 'sem-direitos'. Mas os direitos de que fala a primeira são somente os proclamados nas instituições internacionais e nos congressos, enquanto os direitos de que fala a segunda são aqueles que a esmagadora maioria da humanidade não possui de fato (ainda que sejam solene e repetidamente proclamados)." (Bobbio, 2004: 41)

"Não se pode pôr o problema dos direitos do homem abstraindo dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absurdo contraste entre o excesso de potência que criou as condições para uma guerra exterminadora e o excesso de impotência que condena grandes massas humanas à fome. Só nesse contexto é que podemos nos aproximar do problema dos direitos com

importância daqueles movimentos que lutam pela real democratização da comunicação, para colocar os devidos *pingos nos "is"*, expressando suas visões da realidade social, e reivindicando o acesso a todos os direitos pelos estratos marginalizados, não como favor, mas como obrigação, e correção de uma situação injusta e que localmente se produziu desde a nossa constituição como nação<sup>5</sup>.

A própria comunicação dos movimentos sociais, como de qualquer atividade coletiva humana, sempre foi um dos vetores essenciais para o alcance dos seus objetivos. Dos cartazes em piquetes e nos postes, aos panfletos e jornais semi-artesanais, passando pelos fanzines, a revistas e jornais de produção mais "profissional", grupos que desejam subverter algum estado de coisas precisam comunicar-se bem entre si, num movimento de articulação interna, e também com o restante da sociedade, para quem necessitam expor suas motivações, denúncias e idéias para a mudança.

No Brasil, os grupos que criticavam o regime ditatorial das décadas de 1960-70 encontravam nas chamadas publicações alternativas – mesmo que muitas vezes fortemente censuradas – o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo.

Nos períodos de maior depressão das esquerdas e intelectuais, cada jornal funcionava como pólo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura. Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos. (Kucinski, 1990: XXII)

---

senso de realismo. [Quem ler a Declaração Universal e depois olhar em torno de si] será obrigado a reconhecer que, apesar das antecipações iluminadas dos filósofos, das corajosas formulações dos juristas, dos esforços dos políticos de boa vontade, o caminho a percorrer é ainda longo." (Idem: 20-21)

5 Para o historiador José Murilo de Carvalho, a maneira mais marcante em que o Estado brasileiro, em fase de consolidação, fez notar sua presença e deu à população uma idéia de regulação política foi "negativa". Com isto ele quer dizer que o avanço estatal na vida social, no sentido de racionalizar, burocratizar e secularizar as relações sociais, construiu uma cidadania forçada de cima para baixo, que não raro gerou revoltas: contra o sistema métrico (o "quebra-quilos"), contra o alistamento militar, contra o recenseamento e contra políticas de saúde pública (Revolta da Vacina). "Dizendo não, os rebeldes estavam de alguma maneira afirmando direitos [...] Não deixava de ser um tipo de cidadania, embora em negativo. (Carvalho, 1996: 12)

Talvez justamente porque "o brasileiro foi forçado a tomar conhecimento do Estado e das decisões políticas, mas de maneira a não desenvolver lealdade em relação às instituições" (Idem), é que nossa cultura cívica tenha demorado tanto a se desenvolver, e que esta fraca confiança e ligação com nossas instituições estatais seja sentida até hoje. E é por isso que aqui, mais do que em países da Europa ou América do Norte, a cidadania ainda é um processo em construção.

Descrevendo desfecho do surto alternativo dessas décadas, Bernardo Kucinski explica que a partir de 1980, o engajamento entre jornalismo e política basista se deslocou predominantemente para órgãos de sindicatos e partidos políticos, e para os jornais de movimentos populares, apoiados pela Igreja Católica e outras entidades da sociedade civil, com uma outra geração engajada e uma ética prevalecente bem diferente. Aqui o jornalista não era mais sujeito do processo e desaparecia a autonomia jornalística.

Se a história comprovar a morte da utopia, é possível que o desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa tenha sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e a sociedade, antecipa as grandes transformações. Nesse caso, por raciocínio inverso, podemos entender o próprio surgimento da imprensa alternativa dos anos 70 como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil. Estimulado pelo surgimento da ditadura, mas com direito próprio de existência na história. (Idem: XXIX)

Se concordarmos com o autor de que o fim da ditadura não explica por si só o declínio desta imprensa alternativa – já que a mesma possuía uma existência e importância autônomas, não podemos, por outro lado, assumir sua suspeita sobre o fim da utopia em território nacional. É certo que esta imprensa alternativa específica e datada à qual ele se refere era uma de suas manifestações, no bojo de uma década 'rebelde', em que movimentos por mudanças aconteciam em todo mundo. Mas também é pouco crível que tenha sido a última.

A imprensa alternativa não teve lugar somente em países marcados pela ditadura militar, mas em qualquer lugar em que houvesse algo a contestar que não fosse tratado na imprensa convencional. Países de situação histórica tão diversa da nossa quanto Estados Unidos e Inglaterra abrigaram e abrigam este tipo de comunicação nas eras moderna e contemporânea:

In the 1960 an alternative press once again began to emerge, this time informed not so much by a 'plebeian' [a esfera publica plebéia do século XIX de que falou Habermas] consciousness as by a range of 'social movements'. (Harcup, 2003: 358)

From diverse background, a hundred small Davises emerged to challenge – or simply to mock – the press Goliath. Technically, this dissident press ranged from professionally produced and printed journals to roneoed sheets, and in its contents mirrored a wide range of protest movements large and small. Its unifying cause was the rejection of the media themselves. (Harrison, 1974, apud Harcup, 2003: 358)

Também os movimentos sociais, ainda que com diferentes motivações e repertórios, desde sempre existiram – e se se tornaram mais fortes e explícitos em tempos de forte repressão baseada na violência física, isto não significa que deixaram ou deixarão de existir em todo o mundo<sup>6</sup> em função de mudanças nas formas da repressão na sociedade atual, às vezes tão “branqueadas” que passam despercebidas (Marcondes Filho, 1998: 39).

Ora, a sociedade mudou, e junto com ela as maneiras de exercício do poder. As reações contra as novas e outras não tão novas injustiças e por direitos também mudaram. Mas os movimentos sociais, as vozes discordantes persistem e não perderam, e sim aprofundaram sua necessidade de se comunicar, num mundo em que a esfera da comunicação e da visibilidade confundem-se com a própria esfera da existência.

A fase de reacomodação e mudança de foco – que por um tempo chegou a fazer crer no seu desaparecimento – de movimentos rebeldes e de publicações alternativas após o fim de um regime militar, diante do surgimento de novas necessidades, não é particular do Brasil. Temos como exemplo semelhante o caso chileno, onde as medidas neoliberais explicitamente assumidas pelo governo de Augusto Pinochet deixaram sequelas que também precisavam ser combatidas – apesar da diminuição da repressão pela força – e em particular uma participação popular na esfera política que precisava ser reconcebida.

With the first challenge the danger is now less that of a military coup than the quality of participation, representation and citizen satisfaction (...) [D]emocratic governments have tried to correct some of the social effects of neoliberalism, especially acute poverty, without truly changing the nature of the model or making the political reforms that would return to the state its leading role and to society its agency as an ensemble of actors (Garretón, 1999: p. 13 apud 2006, Poblete: 316)

Uma destas reformas que pode ser incluída sob o signo da política, e que naquele como no nosso país ficou por ser feita por completo é o efetivo acesso plural aos meios

---

6 Os anos 1990 também presenciaram um florescimento em larga escala de movimentos populares de protesto. Estes incluem muitos grupos e movimentos advogando a “ação direta” (*direct action*) para perseguirem suas causas. Tais grupos permaneceram não-alinhados politicamente e milhares de pessoas escolheram se envolver ativamente em formas de protesto mais auto-organizadas e coletivas. (Atton, 1999, p.55)

de comunicação. Isso porque a comunicação permeia todos aqueles requisitos básicos para a participação democrática que Wilson Gomes (2005: 59) resgatou de Bucy e Gregson:

- a) um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial, um estoque apropriado de informações não distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político;
- b) possibilidade, dada aos cidadãos, de acesso a debates públicos já começados e possibilidade de iniciar novos debates desta natureza, onde a cidadania deveria exercer a oportunidade de envolver-se em contraposições argumentativas, de desenvolver seus próprios argumentos, de envolver-se em procedimentos deliberativos no interior dos quais pode formar a própria opinião e decisão políticas;
- c) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão - mediante ações como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou através de outras atividades políticas nacionais ou locais;
- d) habilitação para e oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com seus representantes (em níveis local, nacional ou internacional) e para deles cobrar explicações e prestação de contas.

Essa perspectiva se coaduna com a de Victor Gentili (2005), que advoga ser o direito à informação um direito político. Segundo este autor, o raciocínio de Habermas traz a idéia de que, com a emergência da sociedade burguesa, as esferas públicas e privadas cada vez mais se separam – peculiaridade que Benjamin Constant já notara ao diferenciar a democracia moderna da clássica. Ao comparar estas sociedades, Norberto Bobbio faz mais uma distinção: na primeira a liberdade era vista como algo vinculado à esfera pública; e na segunda, à privada. Já que os cidadãos modernos delegam representantes para a esfera pública, sua maior liberdade (como direito) consiste em não serem cerceados na escolha destes representantes – e também na igualdade de todos no valor de seu julgamento, a partir do acesso às condições de formar juízos sólidos. Esta é uma das maneiras de se chegar ao direito à informação como direito político. A outra diz respeito à necessidade dos cidadãos se informarem sobre as ações do governo ou, de maneira geral, que digam respeito aos interesses públicos. Assim, o direito à informação é um direito meio para a realização de outros e está, portanto, fundamentalmente ligado à cidadania – embora Gentili chame a atenção para o fato de as duas bibliografias (sobre direito à informação e sobre cidadania) pouco dialogarem.

Se amplamente exercido, o direito à informação fortalece e aprofunda não só o caráter democrático da democracia, como também o processo de emancipação humana.

Como direito político e social, o acesso à informação, na visão Gentilli, deve ser concedido ou regulado pelo Estado. Outras instâncias (privadas) podem fornecer as informações, mas a regulação estatal da atividade é sempre recomendável, a rigor necessária, em razão dos conflitos de interesse que o caráter mercadológico da atividade gera.

Robert Park (Park, 1976, apud Gentilli, 2005: 141) destaca a conceituação da notícia jornalística como intimamente ligada à história e à política sem corresponder a nenhuma delas, e também como o material que possibilita a ação política.

A isso, Gentilli adiciona o caráter de mediador ligado ao jornalista, por oferecer aos cidadãos a visibilidade de um poder e de um mundo não acessados diretamente; e também de representante, já que busca informação em nome de um outro que nela tem interesse.

Estabelecida tamanha importância para a atividade jornalística, o autor sublinha que esta, portanto, pressupõe escolhas éticas; o não cerceamento de seu exercício (salvo em caso de abusos); e que um jornal ou qualquer grupo de mídia devam ser vistos como instituições sociais, mesmos que sejam empresas privadas. São então necessárias pressões para que não haja entraves no exercício e efetivação do potencial que o jornalismo, em teoria, traz. Uma das questões preocupantes, por exemplo, que precisa ser resolvida a partir destas pressões, é a dos monopólios de meios de comunicação, já que limita seriamente o escopo do acesso que o cidadão têm às informações.

O que acontece é que, após a abertura, os jornais e emissoras de rádio e televisão não sofreriam mais o peso do braço direto da censura militar, mas tampouco passariam a representar mais satisfatoriamente a sociedade. É conhecida nossa tradição de posse familiar dos grandes grupos de mídias, desde os regionais (RBS na Região Sul do País, afiliadas da Rede Globo espalhadas pelo País, como a Globo baiana), até os de nível nacional (Grupo Abril/família Civita, Rede Globo/clã Marinho), muitas destas famílias ligadas aos interesses mais conservadores, como os do setor ruralista, do qual fazem parte, e com seus membros em envolvimento direto na política, exercendo cargos eletivos mesmo com a explícita proibição por lei dessa atividade paralela<sup>7</sup>. Este quadro

---

<sup>7</sup> De acordo com dados do projeto “Donos da Mídia”, do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), dos 27 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 20 estão representados por políticos como proprietários de veículos de radiodifusão. Os políticos do DEM



faz parte da nossa já citada modernização incompleta, pois não atinge as esferas institucionais e da política, mas apenas a tecnológica e econômica, e no sentido mais liberal (desregulamentação) que este processo pode ter.

Todas estas nossas peculiaridades demonstram a persistência da necessidade de confronto político, inclusive, nos terrenos extra-institucionais, através da pressão e da conscientização de mais pessoas sobre as razões de quadros injustos que precisam ser mudados. E o exercício da comunicação, como já afirmamos, é não só uma necessidade dos movimentos sociais, como parte integrante dos mesmos.

## **2) Como os "rebeldes" se comunicam hoje?**

Desde a década de 90, surgiram novas formas de os novos movimentos e comunicar, vinculadas principalmente à popularização da Internet e da World Wide Web. Razões variadas podem explicar o declínio da imprensa alternativa impressa no País, e isto vai além do escopo deste trabalho. Mas uma delas não pode ser deixada de fora: a pragmática mercadológica da comunicação massiva, que estreitou demais o funil para pequenas publicações – alternativas ou não - que não forem incorporadas pelos grandes grupos de mídia. Jornais e revistas há muito já não vivem diretamente de leitores, mas de anunciantes, e obviamente as empresas com mais recursos conectadas ao capitalismo financeiro não desejarão anunciar em publicações que critiquem o sistema que as alimenta, só para citar um exemplo. Além disso, as práticas de inserção no mercado também costumam ser objeto de repulsa pelos organizadores de movimentos sociais do tipo anticapitalista – com todo o leque possível de movimentos que esta orientação política possa abrigar.

Entretanto, a Internet não representa apenas custo reduzido e relativa independência financeira e de relações de trabalho e consumo desaprovadas pelos "alternativos". Há outras potencialidades envolvidas sendo mobilizadas na comunicação *on-line* dos movimentos sociais recentes: desterritorialização, descentralização, ampliação do alcance, interatividade, sem filtros nem controles, e oportunidades para

---

ficam em primeiro lugar com 58 veículos e representam 24,1% do total da classe sócia de meios de comunicação. Os filiados ao PMDB vem em segundo com 48 veículos (17% do total), seguido dos membros do PSDB, com 43 canais de TV ou rádios. (Costa, 2008). Apesar de elucidativa, a pesquisa deixa de fora as ligações não oficiais entre os dois grupos (a prática dos "laranjas", e do "tráfego de influência", por exemplo), que poderiam revelar um quadro vertiginosamente mais grave.

vozes minoritárias ou excluídas, entre outras listadas por Gomes em uma revisão da bibliografia sobre o assunto (Gomes, 2005: 66-69).

Os mais corajosos chegaram mesmo a levantar, nos anos mais entusiasmados, a tese de que a rede, em virtude da sua descentralização e do seu espraiamento transacional, não só não deveria como não poderia ser controlada por corporações ou por governos nacionais e locais. Este é provavelmente o âmbito da literatura sobre internet em que as perspectivas do libertarianismo mais prosperam. Imune ao controle de conteúdo e provimento, a rede seria uma zona protegida onde poderiam prosperar as liberdades básicas de expressão e opinião. [...] Grupos que não detêm a chance, por uma razão ou por outra, de se fazer presentes na esfera de visibilidade pública predominante, encontram na internet a oportunidade de dar o seu recado. (Idem: 67)

A internet lhes oferece, então, um meio não apenas de comunicar com seus seguidores, como potencial para ir além do 'gueto radical' tanto direta (sem intermediários) quanto indiretamente, mediante influência sobre os meios de massa. (Downey e Fenton, 2003, apud Gomes, 2005: 68)

Exageros e ingenuidades à parte, que é pelo menos visível a tentativa de mobilização deste potencial da rede para constituir uma nova "imprensa" alternativa fica claro à medida que observamos a atuação do nosso objeto de estudo: o Centro de Mídia Independente Brasil<sup>8</sup>.

10

### 3) Mídia ou movimento?

O Centro de Mídia Independente pode ser classificado simultaneamente como veículo de comunicação alternativa, por privilegiar a divulgação de informações que não constam na grande mídia, principalmente sobre os novos movimentos sociais; e

---

8 Criado em Seattle (EUA) em 1999, quando do "Encontro do Milênio" da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Independent Media Center pioneiro, que deu origem aos grupos locais em todo o mundo, foi desenvolvido por um coletivo de jornalistas e ativistas políticos com o objetivo de fazer uma cobertura "democrática e não-corporativa" dos protestos que marcaram o evento.

Hoje a rede Indymedia é um meio de comunicação de referência para os movimentos antiglobalização, e possui sites permanentes e de conteúdo regional em diversos países. Cada um dos coletivos regionais da rede tem total autonomia para expressar objetivos e temáticas de interesse próprio, sendo os focos relativamente diversos entre os mesmos. Entretanto, encontramos orientações políticas que vão da esquerdista, nas mais variadas matizes, à anarquista, mas sempre críticas aos Estados e a seus representantes, às grandes corporações (particularmente as midiáticas), à sociedade de consumo e às distorções sócio-econômicas, culturais e ambientais que os mesmos, na visão do movimento, produziram. O braço brasileiro da organização é o Centro de Mídia Independente Brasil (CMI), "uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as voluntários/as. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente, o CMI procura garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos." (CMI, 2009)

também ele mesmo como um movimento social.

Para saber com mais detalhes o porquê da primeira classificação, vejamos algumas definições de imprensa alternativa reunidas por Chris Atton em seu ensaio "A reassessment of the alternative press":

1. The publisher has to be non-commercial, demonstrating that 'a basic concern for ideas, not the concern for profit, is the motivation for publication'.
2. The subject matter of their publications should focus on 'social responsibility or creative expression, or usually a combination of both'.
3. Finally, it is enough for publishers to define themselves as alternative publishers. (Alternatives in Print, 1980, apud Atton, 1999, p.51)

[I]t is not the established order; it is not the capitalist system; it is not the mainstream view of a subject ...; or it is simply not the conventional way of doing something (Comedia, 1984, apud Atton, 1999: 51)

1. An alternative publication deals with the opinions of small minorities;
2. it expresses attitudes 'hostile to widely-held beliefs';
3. it 'espouses views or deals with subjects not given regular coverage by publications generally available at newsagents. (Royal Commission on The Press, 1977 apud Atton, 1999: 51)

The aim is to change towards a more equitable social, cultural and economic whole in which the individual is not reduced to an object (of the media or the political powers) but is able to find fulfilment as a total human being. (Traber, 1985, apud Atton, 1999: 52)

Em relação à definição de objetivo de Michael Traber, trata-se da preferida de Atton, justamente por enfatizar as ações políticas e sociais em sobreposição até mesmo à comunicação de fatos e opiniões. Apesar de também atender aos primeiros critérios listados, o CMI ajusta-se melhor a este conceito, pois pode-se dizer que as mudanças de cunho sócio-político, na variedade de "causas" pelas quais os movimentos noticiados lutam, são a própria meta, funcionando a comunicação alternativa praticada como um modo de contribuir para seu alcance.

Ainda sobre esta questão da conexão do veículo com movimentos sociais, se adotarmos a perspectiva como a de Chris Atton e Eamonn McCann, encontraremos em algumas características do CMI um modelo ideal para a mídia alternativa. Ao sugerir o emprego do conceito de esfera pública alternativa para justificar porque o baixo número de leitores fora do "gueto" ou a pequena duração no tempo de uma publicação não eram critérios suficientes para aferir o fracasso de uma mídia alternativa, o autor americano afirma ser vital a relação da imprensa alternativa com os *grassroots movements* que ela

a apóia e aos quais se refere.

Indeed, many alternative media are inseparable from their social and political actualization (as movements). Commenting on the underground press in the USA, an anonymous writer in the CIA remarked: 'It would appear that the vitality of the alternative press was directly proportional to the health of the radical movement in general.' (Atton, 1999: p.56)

De maneira análoga, para o jornalista inglês, um projeto de mídia que de alguma maneira, mesmo que informalmente, não se conectasse a um esforço mais abrangente para derrubar o capitalismo, não era de maneira alguma alternativo. (McCann, 1999, apud Harcup, 2003: 358)

Mas a comunicação livre, além de um meio para empoderar os diversos movimentos, é também um fim, para o qual a manutenção do veículo on-line de participação aberta e o menos controlada possível concorre - daí a classificarmos sua realização também como um movimento *per se* - uma iniciativa não institucionalizada de um grupo que deseja transformar alguma realidade social que considera inadequada ou injusta e/ou reivindicar direitos formalmente estabelecidos mas que na prática não se dão: neste caso o direito à informação, à livre expressão e à comunicação.

12

Só que o CMI é, por definição, apartidário, então aqui não temos uma espécie de "instrumentalização" da comunicação pelos partidos de esquerda como foi o caso de muitas das publicações descritas por Kucinski, e que em alguns casos representou a ruína das mesmas, pelos embates partidários e desagregação em torno de um projeto maior que o processo causava. Há sim discussões sobre que temáticas priorizar em que momentos, e sobre a maneira de comunicar eventos, mas tudo isto é feito de uma maneira organizada, prevalecendo nas disputas as opiniões mais bem argumentadas ou proferidas por aqueles que dispõem de maior capital social: o respeito da comunidade, que neste caso é conquistado principalmente pelo tempo de dedicação e nível de atuação nos empreendimentos do coletivo.

#### 4) Quem faz a mídia?

Dentro da mesma definição referida acima, Traber também distingue entre duas modalidades de imprensa alternativa, a primeira sendo a *advocacy press*, que adota uma

perspectiva de valores oposta à da mídia de massa, trazendo à cena atores sociais alternativos como pobres, oprimidos, marginalizados, jovens, mulheres e crianças. Estes não aparecem mais apenas como observadores, comentadores marginais dos eventos, ou destacados como personagens com a marca do conflito e do bizarro.

Quanto à segunda, a *grassroots press* – a que mais tem a ver com o CMI –, ela vai mais além na subversão dos valores da mídia convencional, pois modifica o próprio processo de produção da notícia e seus atores.

[I]t is the grassroots press that offers the most thoroughgoing version of alternative news values. It is produced by the same people whose concerns it represents, giving a position of engagement and direct participation. This need not to preclude the involvement of professionals, but they will be firmly in the role of advisors; their presence being to enable the 'ordinary people' to produce their own work, independent of professional journalists or editors. This is to propose a model of the Alternative media that goes well beyond the left-liberal, reformist construction of the alternative advocacy press. (Traber, 1985: 3 apud Atton, 1999)

Entretanto, no CMI, nem mesmo o papel de aconselhamento dos jornalistas profissionais é visto como necessário. Há sim jornalistas profissionais participando da iniciativa, como se viu principalmente nos eventos de Seattle que deram início ao site, mas sua presença ou não varia muito de coletivo regional para coletivo, e os mesmos não exercem nenhum papel de liderança – até porque "liderança" é uma palavra pouco afeita da maioria dos participantes, que carregam tendências libertárias ou anarquistas.

São pessoas comuns, como na conceituação de Traber, que tocam o site. Mas não se trata de jornalismo popular<sup>9</sup>, pois não é uma regra que os próprios atores escrevam sobre os problemas que afetam sua realidade. São os participantes de movimentos sociais ou simpatizantes dos mesmos que fazem isso – e sabemos que o participante dos novos movimentos sociais em grande parte dos casos não empreende

---

9 Pelo menos de acordo com o conceito de *popular* que aqui adotamos, que são as publicações que se identificam apenas com o terceiro tipo entre os determinados por Carlos Eduardo Lins da Silva em sua definição desta modalidade de veículo:

- 1) “aqueles que defendem as classes trabalhadoras, mas estas não os produzem nem são os destinatários principais;
- 2) aqueles que defendem os interesses das classes trabalhadoras, sendo estas os destinatários principais, mas não são elas quem o produzem;
- 3) aqueles que defendem os interesses das classes trabalhadoras, são por elas produzidos e a elas se destinam.” (Lins da Silva, 1986, p.63)

Deste modo, todo jornalismo popular ou comunitário seria alternativo, mas nem todo jornalismo alternativo seria popular.

uma luta em 'causa própria', mas em qualquer causa, mesmo de outros, em que acredite. Não é a regra encontrar, por exemplo, um sem-teto ou um camponês do MST produzindo conteúdo para o CMI, ou então os próprios índios escrevendo sobre sua situação. Mas a questão indígena e das reformas agrária e urbana, bem como outras de cunho social permeiam boa parte dos artigos. Quando os próprios atingidos pela situação são os que a denunciam através do site, estes atingidos têm nível educacional e de inclusão digital que os propicia a publicação do conteúdo: participantes e simpatizantes de movimentos por igualdade racial, feministas ou defensores dos direitos dos animais e do meio-ambiente, por exemplo.

Para resumir, rigorosamente, qualquer um pode publicar, embora somente os não atingidos pelas limitações citadas o façam. Mas mesmo estes, ao menos encontram espécies de porta-vozes para levar suas informações e reivindicações para o mundo virtual, ainda que mais filtradas e mediadas do que seriam se pudessem trazê-las diretamente. A pesquisa que empreendemos no momento com o coletivo CMI-São Paulo pretende detalhar com mais precisão o perfil destas vozes e “porta-vozes”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATTON, Chris. “A reassessment of the alternative press”. *Media, Culture, Society*, Londres, v. 21, n. 1, 1999, p. 51-76.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: tipos e percursos”. *Estudos Históricos*, n. 18, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/199.pdf>. Acesso em 05/01/2009.
- Centro de Mídia Independente Brasil (CMI) *Política editorial*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/static/policy.shtml>. Acesso em 05/01/2009.
- COSTA, Amanda. *271 políticos são sócios de empresas de comunicação*. Contas abertas, 26/05/2008. Disponível em: [http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes\\_noticias.asp?auto=2252](http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=2252). Acesso em 05/01/2009.
- GENTILLI, Victor Israel. *Democracia de Massas: Cidadania e Informação*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- GOMES, Pedro Gilberto. *O Jornalismo Alternativo no Projeto Popular*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

- GOMES, Wilson. “Internet e participação política em sociedades democráticas”. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, ago. 2005, p. 58-78.
- HAIRCUP, Tony. “‘The Unspoken – Said’: The Journalism of Alternative Media”. *Journalism*, Londres, v. 4, n. 3, p. 356-376, 2003.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade e Ameaça*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa*, 3ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; FESTA, Regina (orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Cenários do Novo Mundo*. São Paulo: NTC, 1998.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *Cidadania*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995.
- MORETZSOHN, Sylvia. *O caso Tim Lopes: o mito da "mídia cidadã"*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade Beira do Interior, Covilhã (Portugal), 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-tim-lopes.pdf> . Acesso em 05/01/2009.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- POBLETE, Juan. “Culture, neo-liberalism and citizen communication: the case of Radio Tierra in Chile”. *Global Media and Communication*, Londres, 2006, v.2, n.3, p. 315-334.